

DOI: 10.20911/21799024v14n2p114/2023

Golpes militares na África, um regresso ao mesmo?

Lucien Nzamba, SJ¹

Resumo: No período de 18 de agosto de 2020 a 30 de agosto de 2023, o continente africano registou oito golpes de Estado em seis países diferentes. A tomada do poder pela força não é novidade em África. Pouco depois de conquistarem a independência, muitos países viram os militares derrubarem o poder existente. Eles diziam que não queriam permanecer no poder para sempre. A sua intenção era, costumavam garantir, restaurar a ordem pública e a segurança nacional, organizar eleições democráticas e devolver, *ipso facto*, o poder aos civis. Mas a história muitas vezes provou o contrário. A retórica dos líderes militares que lideram atualmente os países africanos não é diferente da dos seus antecessores. Provarão o contrário, cumprindo as suas promessas, ou teremos de esperar um retorno ao mesmo?

Palavras-chave: África. Independência. Golpe. Militar. Poder.

Abstract: In the period from August 18, 2020 to August 30, 2023, the African continent recorded eight coups in six different countries. The seizure of power by force is nothing new in Africa. Shortly after gaining independence, many countries saw the military overthrow the power in place. They said they did not want to stay in power forever. Their intention was, they reassured, to restore public order and national security, organize democratic elections and return, *ipso facto*, power to civilians. But history has very often proven the opposite. The rhetoric of military leaders currently leading African countries is no different from their

1 Mestrando em Teologia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE). Bolsista CAPES/PROEX.

predecessors. Will they prove otherwise by keeping their promises or will we have to expect a return of the same?

Keywords: Africa. Independence. Putsch. Military. Power.

Introdução

As notícias políticas internacionais africanas foram recentemente dominadas pelo forte regresso dos regimes militares. Num período de apenas três anos, começando em 2020, ocorreram oito golpes de Estado em seis países do continente africano. O que leva os analistas políticos e outros amadores na matéria quer nos canais de televisão, quer nas ondas de rádio ou nas redes sociais, a apontar o dedo, as mesmas causas produzindo os mesmos efeitos, os prováveis futuros regimes que poderão ser derrubados pelo efeito dominó. Nos Camarões, onde o Presidente Paul Biya está no poder há quarenta anos, o recente golpe de Estado no vizinho Gabão não poderia deixar de levantar suspeitas. Na terra dos leões indomáveis, o governo não esperou muito para tomar medidas alertando que quem incitasse o golpe seria, portanto, processado por ter apelado à desestabilização do Estado. René Emmanuel Sadi, Ministro camaronês da Comunicação, recordava o fato de que o país é um estado de direito dotado de instituições democráticas cujos mecanismos de acesso ao poder não são outros senão aqueles claramente definidos nelas.

Se os golpes de Estado estão longe de ser uma novidade na história política africana, o seu ressurgimento em força não pode deixar de suscitar reflexão, evocando o passado. A maioria dos países africanos conquistou a independência apenas na década de 1960. Hoje, sessenta anos depois, este continente-mãe tem vivido altos e baixos intercalados com golpes militares. A luta que muitos líderes políticos travaram pelo acesso à independência contra o colonialismo não alcançou as aspirações mais nobres dos povos africanos então colonizados. O mínimo que se poderia esperar deles era, sem dúvida, que colocassem ao serviço da nação a mesma energia, a mesma determinação e a mesma vontade política que os levaram a lutar pela independência. Parece que se mantiveram o mesmo fervor, no entanto desviaram a sua canalização, utilizando-o contra as aspirações iniciais. Pois bem, esses líderes africanos do período pós-independência tinham usado a mesma determinação política não só para expulsar as potências colonialistas estrangeiras, mas também para se estabelecerem e persistirem no poder depois de as primeiras terem saído.

A manutenção do poder, aliada a uma ganância desenfreada pela riqueza, levou a sistemas autocráticos de partido único e a muitos outros males contra os quais África luta e ainda não encontrou remédios para se curar. Trata-se de um mal profundo. E “não se pode curar este câncer com analgésicos, mas sim uma cirurgia radical” (BASSEY, 2015, p. 57).

Aqueles que foram frustrados ou afastados pelo sistema ditatorial em vigor não hesitaram, quando tiveram oportunidade, em usar a força para derrubar o regime reinante. Golpes de Estado sucederam-se então sem resolver, na maioria dos casos, os problemas brandidos pelos golpistas para justificá-los. O que se pode falar dos atuais golpes militares no continente de Nelson Mandela?

1. Ressurgimento de golpes militares em África a partir de 2020²

O primeiro golpe militar ocorreu no Mali quando, em 18 de agosto de 2020, o presidente Ibrahim Boubacar Keïta foi deposto pelos militares. Isto seguiu-se à formação de um governo de transição em outubro do mesmo ano. Este governo de transição não durará muito porque, nove meses após o golpe de Estado de 18 de agosto de 2020, outro será produzido em 24 de maio de 2021, após o qual o Coronel Assimi Goïta será escolhido presidente da transição. Para a junta governante, a transferência do poder para os civis ocorrerá após as eleições que terão lugar em fevereiro de 2024.

Depois do Mali, é a vez da Guiné-Conacri ver o seu Presidente Alpha Conde ser derrubado por um golpe militar em 5 de setembro de 2021. O Coronel Mamady Doumbouya tomará posse como Presidente em 1 de outubro de 2021. Se a duração da transição não foi determinada, jurou, no entanto, em preservar fielmente a soberania nacional, em consolidar as conquistas democráticas, em garantir a independência da pátria e a integridade do território nacional, sem omitir o respeito pela Guiné de todos os seus compromissos nacionais e internacionais, como sublinha o jornalista Mouctar Bah da Agence France-Presse em Conacri³.

Da Guiné-Conacri passamos agora para o Sudão. Após 30 anos de reinado ditatorial, o Presidente Omar al-Bashir foi demitido em 2019, dando lugar a um governo de transição composto igualmente por civis e militares que deveria lidar o país rumo à democracia, com eleições livres planeadas para 2023. Depois, em 25 de outubro de 2021, o general Abdel Fattah al-Burhane, apoiado pelas suas tropas, derrubou o governo de transição em vigor. Ele diz que não rejeita o plano de transição, mas que se comprometerá com ele assim que um novo governo e um novo Conselho de Soberania forem nomeados. Entretanto, desde 15 de abril de 2023, o Sudão tem vivido uma luta pelo poder entre o General Burhane e Mohamed Hamdane Daglo. Pelo menos 5.000 pessoas já perderam a vida.

Num período de 8 meses, Burkina Faso sofreu dois golpes de Estado. A primeira ocorreu em 24 de janeiro de 2022, quando Roch Marc Christian Kaboré, então Presidente da República, foi destituído do poder por um golpe militar. O tenente-coronel Paul-Henri Sandaogo Damiba o sucedeu como presidente do

² Por mais detalhes ver AGENCE FRANCE-PRESSE. *L'Afrique a été secouée par huit coups d'État en trois ans*. Disponível em: <https://www.ledevoir.com/monde/afrique/797205/l-afrique-a-ete-secouee-par-huit-coups-d-etat-en-trois-ans?>. Acesso em: 06 nov. 2023.

³ Referimo-nos aqui a MOUCTAR, Bah. *Le chef de la junte en Guinée devient président de transition*. Disponível em: https://www.ledevoir.com/monde/afrique/637266/le-chef-de-la-junte-en-guinee-devient-president-de-transition?utm_source=recirculation&utm_medium=hyperlien&utm_campaign=corps_texte. Acesso em: 06 nov. 2023.

país em fevereiro, antes que este último fosse deposto pelos militares, à frente dos quais estava o capitão Ibrahim Traoré. Ele será investido como Presidente da transição que se estenderá até julho de 2024, mês previsto para a eleição presidencial.

Vizinho do Mali e do Burkina Faso – cada um dos quais com dois golpes de Estado em 9 meses e 8 meses respectivamente – o Níger, por sua vez, não foi poupado. O Presidente Mohamed Bazoum ainda estava no poder até 26 de julho de 2023, quando os militares anunciaram a sua deposição. Ele foi então sucedido à frente do país pelo General Abdourahamane Tiani. Ao contrário de outros golpes de Estado na região, a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), à qual a França tinha declarado o seu apoio, ameaçou mobilizar uma força regional em vista de restaurar a ordem constitucional. No entanto, a diplomacia não foi deixada de lado. A duração máxima do período de transição antes da transferência do poder para os civis é fixada pela junta militar no poder em três anos.

O último golpe de Estado, enquanto estamos escrevendo estas poucas linhas, é aquele que surpreendeu o povo gabonês em 30 de agosto de 2023. Depois de mais de cinco décadas à frente do Gabão, a família Bongo foi finalmente derrubada do poder por um golpe militar. Quem derrubou o Presidente Ali Bongo Ondimba foi o General Brice Clotaire Oligui Nguema. Investido como Presidente da transição, em 4 de setembro de 2023, fez saber sua vontade de ceder o poder aos civis sem, no entanto, indicar o tempo que este período de transição durará.

Sem dúvida, os golpistas se arrogam o poder de “determinar definitivamente o que seja ordem e segurança pública quando estas são perturbadas” (SCHMITT, 2006, p. 10).

Quaisquer que sejam as condições em que estes golpes de Estado ocorreram em África e as razões que os conduziram, uma coisa é certa: a euforia popular que os acompanha é inegável. Esconde uma frustração, um profundo mal-estar para estas populações que definham na pobreza. Este júbilo geral e generalizado que as massas populares expressam durante as intervenções militares contra o poder existente constitui tanto a expressão de desaprovação do poder anterior como a manifestação de esperança no novo poder político do país. O povo espera melhorias das condições de vida básicas: empregos, alimentação, acesso à educação e à saúde de qualidade, justiça, paz, democracia, etc. Será que estes novos líderes que assumem o poder fingindo ser os salvadores da pátria corresponderão às expectativas que os seus compatriotas depositam neles? O que devem fazer para evitar desiludir as esperanças de uma nação inteira?

2. “Buscai primeiro o reino político e todo o resto se seguirá”

Depois de tantas décadas de opressão colonial, a onda de independência que soprou nos anos 1960 trazia consigo um brilho de esperança e de otimismo onde quer que passasse. A África entusiasmada entrava numa era de grandes sonhos, de salto em vista de um futuro melhor, radiante. Os líderes africanos

conceberam planos de desenvolvimento ambiciosos já que tinham herdado países com situações econômicas propícias para a realização de sonhos de suas populações enfim libertas do jugo colonial. “A independência veio em meio a um *boom* econômico. Os preços mundiais dos produtos africanos – culturas de rendimento como o cacau e o café, e minérios como cobre – atingiram novos níveis na era do pós-guerra, estimulando ainda mais crescimento” (MEREDITH, 2017, p. 595). As condições climáticas da década de 1950 eram tão favoráveis que permitiram uma produção agrícola de boas colheitas. A isso pode-se acrescentar a baixa taxa de dívida pública ao lado de relativamente altas reservas em moeda estrangeira em muitos países. Além disso, se tivermos em conta a riqueza que abundava no subsolo africano – ouro, diamantes, petróleo, gás, urânio, bauxita, cobre, para citar apenas esses minerais como ilustração – mesmo um cego não poderia deixar de ver e até sonhar com a prosperidade africana para a qual todas as pistas pareciam convergir.

Não faltaram à classe política africana oportunidades para aumentar as expectativas populares relativamente à independência política a que toda a África aspirava. Na luta para recuperar o poder político até então detido pelos governos coloniais, os políticos africanos, nas suas campanhas, não puderam deixar de fazer promessas melosas ao seu povo relacionadas com o oferecimento: “ de educação, habitação, cuidados médicos, emprego e terra para todos, despertando um clima de euforia. ‘Buscai primeiro o reino político’, Nkrumah dissera a seus seguidores, ‘e todo o resto se seguirá’” (MEREDITH, 2017, p. 595).

Contudo, pode-se dizer que o *boom* econômico, as riquezas insuspeitadas do subsolo africano, a baixa taxa de dívida externa, o aumento relativo das reservas monetárias de um bom número de países e, claro, a ambição política dos líderes africanos sem omitir o entusiasmo geral e generalizado que o vento da independência suscitava, tudo isto bastava, ou seja, constituía ingredientes suficientes para um futuro radiante para o continente?

3. Independência ou cavalo de Tróia?

A euforia da independência mal escondia o mal profundo e diverso, digamos uma verdadeira Hidra de Lerna, que corroía o continente. A pobreza em massa, o analfabetismo, doenças e endemias como a malária e tripanossomíase, seca, devastação de plantações pelos enxames de gafanhotos e, com tudo isso, nada de surpresa que as taxas de mortalidade infantil batessem recordes mundiais tanto quanto a taxa mais baixa, 39 anos, da expectativa média de vida (MEREDITH, 2017, p. 596). A falta da infraestrutura básica deixava as vastas áreas do interior do continente alheias ao desenvolvimento moderno, ao qual as regiões costeiras tinham um privilégio de acesso relativamente fácil.

Em relação com a educação – que seria a força motriz do desenvolvimento na medida em que as nações jovens necessitavam de uma força de trabalho qualificada para enfrentar os desafios da independência – a observação deixa a desejar. Em relação com a República Democrática do Congo, por exemplo, um ano antes da sua independência, 56% de crianças em idade escolar frequenta-

vam a escola primária. Ao acessar à independência em 1960, o país, com uma população de 14.864.903 de habitantes, contava 1.773.340 de jovens frequentando a escola entre os quais 829 estudantes nas Universidades de Kinshasa e de Lubumbashi, principais cidades do país. Se em termos de ensino primário o Congo estava à frente de muitos países da região, é preciso reconhecer que dispunha apenas de alguns diplomas universitários. Consequentemente: "Faltavam os executivos para promovê-lo e orientá-lo para o desenvolvimento esperado. Percebeu-se isso muito rapidamente" (EKWA, 2004, p. 31). O resto do continente não apresentava um quadro satisfatório nesta área.

De fato, no final da década de 1950 com o surgimento da onda de independências, o nível primário era frequentado por apenas cerca de um terço da população em idade escolar. No ensino secundário oito mil estudantes formavam-se numa África negra com aproximadamente uma população de 200 milhões de pessoas. Somente 16% da população adulta podia reivindicar como um troféu o fato de ser alfabetizada. Em 1959, cinco anos antes de acessarem à independência, Zâmbia e Malawi contavam respectivamente 35 e 28 africanos detentores do ensino superior.

Os produtos agrícolas e os minerais constituíam os recursos económicos disponíveis com os quais os líderes políticos africanos podiam contar para realizar os seus sonhos pós-independência. Contudo, esses recursos estavam sujeitos a variações de preços no mercado mundial. Como resultado, as receitas públicas não podiam deixar de oscilar com as ondas do mercado. A exportação de matérias-primas e a importação dos manufaturados criou uma dependência económica africana cuja saída pensou-se em termos de industrialização do continente. "Encorajados por uma influente escola de economistas ocidentais, os governos africanos favoreceram a industrialização como caminho para o sucesso económico" (MEREDITH, 2017, p. 597). Mesmo assim, enfatizava René Dumont no seu famoso livro de 1962: *L'Afrique noire est mal partie*⁴, as primeiras empresas industriais deveriam ser ligadas à agricultura.

Primazia da agricultura não exclui a industrialização. Mas as primeiras empresas industriais que deveriam instalar-se em África estão diretamente ligadas aos recursos do solo: fabrico de pequeno equipamento agrícola ou fertilizantes, transformação de produtos alimentares, trabalho com madeira ou algodão, etc. Só quando o rendimento do camponês tiver melhorado, permitindo assim o nascimento da poupança nacional, é que certos sonhos poderão tomar forma (DECRAENE, 1964, p. 590).

Politicamente, a unidade adquirida sob a bandeira anticolonial durou apenas um curto período. A grande preocupação dos políticos tornou-se o controle do poder quer para salvaguardar a unidade do Estado quer para, simplesmente, ficar permanentemente no poder. A fibra nacionalista parece dar lugar irreversivelmente à mais étnica. O fator tribal estava crescendo. Para construir uma base política os políticos recorriam ao apoio étnico. Muitos líderes africanos brandiram então o argumento da necessidade de um regime de partido único.

4 Em tradução livre, a África negra começou mal.

Dizia-se que novos Estados com tantos desafios diante de si precisavam de governos fortes, que estariam mais bem servidos ao concentrar a autoridade em um único partido nacional. Apenas um partido de massas disciplinado e dirigido centralmente poderia superar as divisões étnicas e tribais, inspirar um sentimento de nacionalidade e mobilizar a população para o desenvolvimento econômico. Política multipartidária, argumentava-se, em geral se deteriora em uma competição entre os blocos e as alianças tribais. Como os partidos de oposição tendiam a buscar apoio em grupos tribais, eles minavam a causa da reconstrução nacional e enfraqueciam a eficiência do Estado. 'A democracia é um sistema de governo para as pessoas virtuosas', explicou Houphouët-Boigny, em sua defesa de um sistema de partido único. 'Em países jovens, como o nosso, precisamos de um chefe que seja todo-poderoso por um período de tempo determinado. Se ele cometer erros, o substituímos...' (MEREDITH, 2017, p. 598).

Ao fomentarem o pretexto de apoiar o partido único como solução para afrontar os desafios que as jovens nações africanas enfrentavam, e ao considerarem o sistema multipartidário como uma competição desleal, os líderes políticos africanos estavam apenas enterrando a jovem democracia emergente. Foi sem dúvida a forma de calarem a boca aos opositores, de desprezarem as instituições políticas nacionais, de acumularem todos os poderes e de se estabelecerem como verdadeiros ditadores. Rodeados por membros leais ao partido único, os ditadores garantiram que as nomeações clientelistas substituíssem as eleições num regime que seria democrático. Se a imprensa existia, da imprensa não tinha nada senão servir apenas como um canal para a propaganda do governo. Do mesmo modo, se o debate político existia, não tinha nada de confrontação das ideias. Tornou-se uma questão de platitudes e hinos de louvor. Em um tal ambiente, não se poderia esperar a liberdade de expressão ou que a crítica, de qualquer tipo, seja facilmente admitida.

Os excessos políticos foram tais que Bourguiba pôde dizer para si mesmo na Tunísia: "Eu sou o sistema"; Nasser, no Egito, considerar a sua vontade como a vontade do Estado; Nkrumah, em Gana, instituir o seu culto de personalidade a ponto de o seu aniversário se tornar um feriado público ou ainda de ter – em seu retrato oficial de 1961 – uma tal inscrição: "Kwame Nkrumah é nosso pai, nosso mestre, nosso irmão, nosso amigo, nossa verdade, nossa própria vida, pois, sem ele, sem dúvida teríamos existido, mas não teríamos vivido" (MEREDITH, 2017, p. 599.). Banda, no Malawi, afirmava sem hesitação que qualquer coisa que dissesse era lei literalmente.

Enriquecer-se a todo custo era uma regra para a nova elite africana. Já imaginou que aumentar em cinco vezes o salário anual dos deputados parlamentares fosse o primeiro ato legislativo do parlamento? Foi exatamente o que tinha acontecido com o parlamento congolês em Léopoldville, atual Kinshasa, logo após a independência do país. Em Gana, por uma taxa de 10%, os ministros de Nkrumah intermediavam contratos com empresas estrangeiras. Na Nigéria, não só os fundos públicos eram saqueados pelos políticos, mas o suborno e o peculato tinham sido um flagelo que afetava todos os níveis da hierarquia. Casas suntuosas, mansões, carros de luxo, estilo de vida pomposo dos novos mestres.

Tudo refletia ostensivamente a riqueza rapidamente adquirida por uma nova elite corrupta. Ngina, a jovem esposa do Presidente Kenyatta do Quênia, usando suas conexões com ele, construiu um império de negócios que a elevou ao status de bilionária. Tinha investimentos em plantações, fazendas, imóveis, hotéis e comércio do marfim. Com o alargamento do fosso entre a elite e a grande maioria da população, para esta última o sonho de independência rapidamente se transformou num pesadelo assustador.

Os excessos econômicos, a corrupção, a má gestão, o saque do erário público, o clientelismo político, o poder autocrático, o enriquecimento escandaloso da elite dominante e a miséria da grande maioria da população constituíram uma bomba-relógio para as jovens nações cujo acesso à independência mal preparado parece ter sido meramente o cavalo de Tróia.

4. Nada de novo sob o sol

O continente africano não está de forma alguma nos seus primeiros golpes de Estado, longe disso. Diante de um quadro tão sombrio de uma África jovem que mal havia alcançado a independência com entusiasmo, o sol das independências que pressagiava um futuro pelo menos radiante, rapidamente deu lugar a um céu nublado. Sem saber para que abismo o continente se dirigia, os militares acharam por bem tomar o seu destino nas próprias mãos. Não demorou muito para que os golpes de estado parecessem uma chuva repentina. O assassino do presidente autocrático Sylvanus Olympio do Togo em 1963, inaugurou uma série de golpes militares intermitentes nas ex-colônias francesas onde Daomé ou o atual Benin, Alto Volta atualmente Burkina Faso e República Centro-Africana implantaram um regime militar como solução para substituírem seus regimes que estavam em dificuldades. Esses golpes não demoraram para contagiar todo o continente. Duas décadas depois das independências, o continente tinha registrado inúmeras tentativas de golpes entre as quais cerca de quarenta ocorreram com sucesso. Com dez anos de independência, o Benin sofreu seis golpes de Estado, passou por cinco constituições diferentes e já dez chefes de Estado se sucederam no poder.

Diante da queda do padrão de vida dos trabalhadores, do Estado praticamente falido, da queda da produção, da enormidade de endividamento exterior, da corrupção endêmica, da gestão catastrófica, dos aproveitadores políticos, tribalistas, nepotistas... os líderes golpistas, apoiados pela população oprimida que esperava muito da intervenção militar, argumentavam que somente os regimes militares disciplinados e dedicados poderiam salvar a integridade nacional restaurando um governo não só honesto, mas também eficiente. Para eles, não queriam se eternizar no poder, mas precisavam de um tempo suficiente para restabelecer a ordem nacional. Se alguns conseguiram governar eficazmente: "Mas os governos militares da África em geral acabaram por não ser mais competentes, mais imunes às tentações da corrupção ou mais dispostos a desistir do poder do que os regimes que tinham derrubado. Os resultados, na maioria dos casos, foram desastrosos" (MEREDITH, 2017, p. 611).

Se respeitassem a natureza temporária de seus governos militares, como diziam, depois de restaurarem a integridade nacional e conduzirem ao retorno de um regime honesto e eficiente, os líderes de golpes mudariam o destino do continente da pior situação para um futuro glorioso? Parece que sim.

Quando o general Joseph Mobutu, em 1965, fez um golpe de Estado, sua proposição era de criar um “novo Congo” já que seu país definhava nas ruínas em que a guerra civil e os conflitos políticos o haviam mergulhado. Em poucos anos tinha atingido resultados promissores: controle central sobre a maioria das regiões do país, estratégia econômica eficaz, controle da inflação, estabilização da moeda, nacionalização da indústria mineradora de cobre. “Cinco anos depois, nomeou a nação Zaire em uma ação que foi chamada ‘autenticidade.’” (ASANTE, 2023, p. 661). Com isso tentava criar uma nova identidade nacional. Zaire é uma derivação do português a partir de uma palavra kikongo, nzadi, cujo significado é ‘grande rio’. Mas quando transformou o Zaire em seu feudo, começou um auto-enriquecimento em uma escala sem precedente no continente. Enquanto isso, o país afundava em uma decadência lamentável.

Independente em 1962, Uganda tinha perspectivas iniciais promissoras com uma economia em expansão. Ao lado do governo central em Kampala, a constituição federal permitia ao reino Buganda um exercício autônomo interno mantendo não só seu parlamento, mas também suas tradições monárquicas. Mas tudo mudou quando, quatro anos depois, Milton Obote que liderava um governo de coalizão anunciou assumir todos os poderes revogando a constituição, suspendendo a Assembleia Nacional e depondo o Presidente. Obote será destituído por Idi Amin em 1971, inaugurando um regime de terrores.

Na Costa do Marfim, o halo do sucesso econômico foi a herança que a França deixou no momento da independência. “Sob muitos aspectos, a Costa do Marfim foi um dos melhores exemplos do paradigma capitalista da África” (ASANTE, 2023, p. 708). O país conheceu uma prosperidade mais do que qualquer outro na África a ponto de ter mais de 40% das exportações totais da região. Embora o líder do país, Félix Houphouët-Boigny, não ocupasse o trono devido a um golpe de Estado, o longo tempo que ficou no poder – de 1960 quando a Costa do Marfim acessou à independência até 1993 quando ele morreu – não poderia não provocar prejuízos. Ao governar com mãos de ferro, suprimiu a democracia. “Os líderes do país não queriam que houvesse qualquer liberdade de expressão, ou seja, crítica às condições do país. Não havia imprensa livre e existia apenas um partido” (ASANTE, 2023, p. 711). Assim nasceram problemas políticos que fissuraram o país colocando a população do Norte contra a do Sul, etc.

5. O que esperar dos golpes atuais na África?

Por um lado, se em teoria os golpes militares não constituem um meio legítimo nem legal de acesso ao poder num regime que se declara democrático, por outro lado não se pode negar que de fato é, como mostramos acima, o caminho que alguns países africanos estão seguindo. Não basta, em favor da democracia, condenar o poder militar galopante no continente africano. Seria

injusto não mencionar que em muitos países do continente, de democracia só tem o nome. Já cedeu o lugar à gerontocracia com presidentes cujo mandato nada tem a invejar do de um rei, porque não só duram no poder, mas também querem morrer ali, independentemente da sua eficácia ou não no poder. Nem a idade, nem a doença, nem muito menos o interesse supremo da nação, nada pode satisfazer a sua sede de poder. Aos seus olhos, parece que ser fantoche ou ficar moribundo no poder, custe o que custar, é melhor do que o título de ex-presidente da República.

As eleições, enquanto princípio sagrado da alternância de poder num regime democrático, já não são, na maioria dos países africanos, mais do que uma farsa para enganar a galeria. Basta lembrar o que disse Omar Bongo Ondimba, Presidente do Gabão durante mais de quatro décadas: "Em África, não organizamos eleições para perdê-las." A liberdade de expressão só é bem-vinda na medida em que é uma canção lisonjeira de louvores ao Presidente. O culto à personalidade lhe é dado por todos os seus colaboradores – com medo de perder o cargo – seus bajuladores e calculistas que acreditam estar cometendo um crime de lesa majestade se, falando em público em qualquer circunstância, não elogiarem o Presidente, mesmo que apenas mencionando seu nome. Mais forte que as instituições do seu país, o Presidente autocrático coloca-se acima da lei, arroga-se o poder de fazer o que bem entender, apoiado pelo círculo de aproveitadores que o rodeia. A lista de abusos de poder pode continuar *ad infinitum*. Em tudo isto, é a grande maioria da população pobre e marginalizada quem paga o preço mais elevado. Um punhado de homens monopoliza toda a riqueza enquanto o país inteiro está preso em condições desumanas.

Se a África tropical estiver a estagnar, isso não significa que não possa desenvolver-se. Possui ativos para um rápido desenvolvimento. "Para este desenvolvimento, África deve repensar a sua escola, os seus quadros, a sua estrutura... e pôr mãos à obra" (DUMONT, 1973, p. 153). Estas palavras escritas por René Dumont no seu livro acima mencionado e publicado na madrugada das independências africanas, ainda mantêm a sua relevância sessenta anos depois. O mesmo autor continuou dizendo:

A subnutrição das massas na África Negra, a extensão das áreas cultiváveis, a variedade de terroirs exigem a prioridade do desenvolvimento da agricultura que deve ser objeto de esforços racionais, ou seja, evitando estas graves armadilhas que são o desperdício, a incoerência, a megalomania, a facilidade enganosa (DECRAENE, 1964, p. 589-590).

Sim, uma boa educação que prepare os futuros executivos do país em todos os níveis e áreas da vida social, um país bem estruturado que valorize o trabalho em vez de depender da política de mão estendida pedindo ajuda externa, o desenvolvimento da agricultura para libertar o país da dependência alimentar, boa governança e tudo o que isso implica num sistema democrático (independência dos três poderes, a liberdade de expressão...), estes são, entre muitos outros, os desafios que África enfrenta desde o período das independências.

A maioria dos líderes que derrubaram os regimes em vigor após a independência acusaram os seus antecessores de terem arrastado o país para um

abismo sem eles próprios, ao tomarem o poder, o desviassem dele. Eles cometeram os mesmos erros ou até mais. Ao permanecerem no poder, acabaram se tornando autocratas que governam com mãos de ferro, que se enriquecem escandalosamente a todo custo, que eliminam quem tenta acabar com seus apetites insaciáveis, que administram o erário público como se fosse seu próprio bolso, que amordaçam os adversários e a imprensa, etc.

Para que as mesmas causas não produzam os mesmos efeitos, para não cair num círculo vicioso, os militares que hoje estão no poder em África devem, entre outras coisas, evitar os erros cometidos pelos seus antecessores. Não prolongar indefinidamente a transição política para se arrastar no poder, mas organizar eleições para devolver o poder aos civis num prazo razoável, promovendo uma alternância democrática transparente, credível e pacífica.

Conclusão

Os golpes militares que ocorreram recentemente em África mostram até que ponto a democracia está a ser minada no continente de Nelson Mandela. No entanto, na maioria dos casos, a democracia existe apenas no nome. É assim que as intervenções militares são acompanhadas por multidões exultantes. Na falta de tordos comemos melros, dizem. A população, farta de regimes corruptos, aceita o golpe como um mal menor. Isto não dá de forma alguma aos militares no poder um cheque em branco para fazerem o que quiserem. O que deles se espera, na boa-fé do povo, é que conduzam o país – depois de um período de transição política razoável e previamente definido para se ater ao essencial – às eleições livres, transparentes, pacíficas e credíveis.

Dado que existem muitos exemplos em África de líderes golpistas que derubaram regimes em dificuldade, adoptando um caminho completamente contrário ao defendido quando tinham tomado o poder, a junta militar atualmente no poder em países africanos a que aludimos neste artigo, irá provar-nos o contrário? África não pede nada melhor.

Referências

AGENCE FRANCE-PRESSE. *L'Afrique a été secouée par huit coups d'État en trois ans*. Disponível em: <https://www.ledevoir.com/monde/afrique/797205/l-afrique-a-ete-secouee-par-huit-coups-d-etat-en-trois-ans?>. Acesso em: 06 nov. 2023.

ASANTE, Molefi Kete. *A história da África: a busca pela harmonia eterna*. Petrópolis: Vozes, 2023.

BASSEY, Nnimmo. *Aprendendo com a África: A extração destrutiva e a crise climática*. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

DUMONT, René. *L'Afrique noire est mal partie*. Edition revue et corrigée. Paris: Seuil, 1973.

DUMONT, René. *L'Afrique noire est mal partie*. Paris: Seuil, 1962. Recensão por: DECRAENE, Philippe. *Revue française de science politique*, v.14, n. 3, p. 588-590, jun. 1964.

EKWA, Martin. *L'école trahie*. Kinshasa : Editions du Cadicec, 2004.

MEREDITH, Martin. *O destino da África: cinco mil anos de riquezas, ganâncias e desafios*. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

MOUCTAR, Bah. *Le chef de la junte en Guinée devient président de transition*. Disponível em :https://www.ledevoir.com/monde/afrique/637266/le-chef-de-la-junte-en-guinee-devient-president-detransition?utm_source=recirculation&utm_medium=hyperlien&utm_campaign=corps_texte. Acesso em: 06 nov. 2023.

SCHMITT, Carl. *Teologia política*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.